

Editorial

O mundo atual, marcado pela globalização, criou uma interdependência entre as unidades nacionais. Essa interdependência impõe a necessidade de criar ações destinadas a evitar que as desigualdades entre as nações se tornem cada vez maiores.

A construção de blocos de integração regional surge como uma reação à nova ordem global, visando ampliar o mercado interno e construir uma unidade maior que possibilite aos seus membros competirem com maior êxito no mercado internacional. Dessa forma, a integração regional aparece como um instrumento poderoso de desenvolvimento e de interação com a globalização. Os Estados nacionais foram obrigados a buscar novas formas de cooperação e de integração, objetivando o fortalecimento da economia nacional, tornado-se atraentes aos investimentos externos diretos e ampliando a participação dos seus territórios na economia global.

No entanto, isso tem um custo bastante alto. A integração meramente econômica através de blocos regionais tem se mostrado insuficiente para atender as demandas geradas pela globalização, notadamente no que se refere às questões sociais.

Amplos setores da população de cada Estado nacional têm ficado alijados dos possíveis benefícios trazidos pela globalização. Essa exclusão é notada de uma forma gritante no que diz respeito à dificuldade no acesso ao emprego, bens e serviços. Da mesma forma, manifesta-se na falta de segurança, justiça e cidadania.

Para discutir esse importante tema da contemporaneidade, a revista *História: Debates e Tendências*, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, apresenta o dossiê Processos de integração. Atenderam à chamada de artigos pesquisadores vinculados a diversas instituições de ensino e pesquisa que têm se dedicado ao estudo da integração das mais variadas formas de integração regional.

O dossiê abre com o artigo de Adelar Heinsfeld, “Rio Branco e as relações do Brasil e Chile no âmbito da proposta do Pacto ABC (1915)”, que analisa uma das primeiras tentativas de integração no século XX, quando Argentina, Brasil e Chile negociaram um tratado de cordial inteligência, conhecido como Pacto do ABC, cujo objetivo oficial era a manutenção da paz no Cone Sul da América. Embora o tratado não tenha sido ratificado, permaneceu como uma experiência histórica, lembrando sempre que a ideia da integração regional volta à tona.

Jorge Minela no artigo “Pan-americanismo e Estado Novo: considerações conceituais”, partindo do contexto de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial e da

ideia de pan-americanismo como elemento fundamental da adesão aos aliados, analisa os caminhos conceituais de conciliação de uma ideia pan-americana pautada pelo discurso da democracia e das liberdades individuais com o regime autoritário e nacionalista do Estado Novo.

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) foi um projeto em que os países do Cone Sul construiriam uma união econômica e política de combate ao subdesenvolvimento. Iuri Kavlak demonstra em seu artigo “A Alalc como auge da integração sul-americana no século XX” o Brasil e a Argentina patentearem uma notável aliança diplomática após os golpes militares de 1962 na Argentina e 1964 no Brasil.

No artigo “Percepções da América do Sul no pensamento brasileiro contemporâneo” de Haroldo Loguercio Carvalho, são analisadas as ideias de América do Sul presentes em reflexões de dois importantes intelectuais e homens de ação brasileiros: Hélio Jaguaribe, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, e Samuel Pinheiro Guimarães, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos expõem um conjunto de imagens/percepções sobre o Brasil a partir da indicação do espaço regional sul-americano como ponto de partida para a redefinição das estratégias internacionais em situações particulares de tensão internacional.

Rafael Araújo em seu artigo “Argentina, Brasil e Venezuela: os múltiplos olhares em relação à integração regional” mostra que ao final da primeira década do século XXI o processo de integração sul-americano, fruto de tentativas de unidade iniciadas na década de 1950, estava consolidado. Analisa a história do processo de integração regional e o papel desempenhado por Argentina, Brasil e Venezuela para a consolidação desse processo.

Fechando o dossiê, o artigo de Leandro Morgenfeld “América Latina: de la histórica fragmentación a la necesidad de unión” é fruto da conferência que o autor proferiu em 29 de setembro de 2011, no Primeiro Congresso Internacional de História Regional – Mercosul: integração e desencontros, onde o autor analisa a trajetória histórica do processo de integração na América Latina, destacando os entraves e avanços desse processo.

A sessão “artigos livres” inicia com o texto de Luciana Fernandes Boeira, “A César o que é de César: disputas na gestação da cultura histórica do Brasil oitocentista”, em que analisa a gestação da cultura histórica brasileira no período imperial, tomando como exemplo a disputa pelo passado da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre duas instituições: o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

João Paulo Peixoto Costa, em “Somos todos portugueses: patriotismo e civilização no Ceará do século XIX”, analisa a prática discursiva enquanto uma política estatal e civilizatória de constituição de um patriotismo imperial português, do governador Manuel Ignácio de Sampaio, que a partir de 1812 chegou ao Ceará com a missão de desenvolvê-lo em diversos setores e, assim, aproximá-lo do mundo civilizado ocidental. Mostra que a

prática discursiva do governador visava incentivar o patriotismo, o sentimento de pertencimento à nação portuguesa e a fidelidade ao rei.

O artigo de José Iran Ribeiro “Soldados ou cidadãos guardas nacionais: diversidade e possibilidades nas mobilizações das forças imperiais para a Guerra dos Farrapos” analisa como, durante a Guerra dos Farrapos, o governo Imperial mobilizou diferentes grupamentos armados para derrotar os republicanos sulinos. A diversidade dos grupamentos reproduzia a hierarquia social do Império e influía nos desígnios do esforço de guerra. Militares do Exército e guardas nacionais utilizaram diferentes possibilidades e recursos como defesa ao se recusarem a ser mobilizados para a guerra.

A resenha feita por André Souza Marinello do livro *Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII*, de Adelson André Brüggemann, apresenta uma obra importante para a compreensão da formação territorial catarinense. Além dos temas já tradicionais da historiografia, o livro contribui para os estudos da história ecológica e história ambiental, o papel central que os caminhos exerceram, como forma e meio de ampliar o controle de locais, a criação de toponímias e a prática que exauriu e degradou ambientes.

Esperamos que os artigos que formam este dossiê temático, bem como os artigos livres, contribuam para uma melhor compreensão das temáticas abordadas e que sirvam de ponto de partida para outros estudos.

Boa leitura!

Adelar Heinsfeld
Organizador
Universidade de Passo Fundo